

Da Historiografia Francesa do Tempo Presente¹

ou

“Para não dizer que não falei das flores: lembranças após a morte de René Remond”

Sabrina Evangelista Medeiros²

Professora do Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ

sabrinamedeiros@tempopresente.org

Resumo: Este artigo tem como pauta a evolução da historiografia francesa quanto à história do tempo presente e sua institucionalização. Nesse sentido, o objetivo é organizar o debate em torno da história do tempo presente, fundamentalmente, por figurar entre métodos pouco consolidados, escassa materialidade de fontes e reduzida imparcialidade de seus intérpretes, também, interlocutores. Ressalte-se, aqui, o papel significativo desta escola na consolidação da área para além da história contemporânea, e a importância de alguns de seus atores que reafirmaram-na no Brasil de forma a ser uma das principais a usufruir do espectro comparativo para derivar conclusões.

Palavras-Chave: história do tempo presente; historiografia francesa.

Abstract: This article focuses on the evolution of the French historiography about the present time history and its institutionalization. In this way, the objective is to organize the debate around the history of present time, basically, together with the methods little consolidated, scarce materiality of sources and reduced impartiality of its interpreters, also, interlocutors. What is proposed, here, is the significant paper of this school in the consolidation of the area and the importance of some of its actors who had reaffirmed it in Brazil - the main ones to usufruct of the comparative specter to derive conclusions.

Keywords: history of present time; french historiography.

¹ Este artigo fora feito de forma a registrar a influência da Professora Marieta de Moraes Ferreira a quem expressei meus agradecimentos sinceros pela sua contribuição, durante ainda a execução do meu mestrado, quando o tema participou de minha formação pela primeira vez.

² Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ, Mestre em História Social pela UFRJ, Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Tempo Presente e coordenadora do grupo de pesquisas em Fluxos Internacionais.

A história do tempo presente vem se popularizando entre acadêmicos não há muitos anos. Contudo, seu papel é maior do que as certezas que rondam sua consolidação; e este debate, por isso, merece ser revisitado.

Remontemos à criação do IHTP - *Institute d'Histoire du Temps Présent* – em 1978, quando a *história do tempo presente* foi, finalmente, institucionalizada, tendo como fundador e diretor até 1990, François Bedarida. Pouco depois de Bedarida, o Instituto seria assumido por Robert Frank - que ficou até 1994 - até que Henry Rousso ficasse à frente da direção do Instituto. Mas o caminho percorrido até que pudesse ser criado um setor que abrigasse pesquisas sobre a história recente foi de, pelo menos, um século; até que se reunisse obras, métodos, seminários e pesquisadores dessa possível história, de forma a dar um formato e um lugar àquela produção.

Tanto as dificuldades quanto os acertos que apareciam naquele percurso determinaram e foram determinados pelas mudanças significativas na historiografia francesa, que acompanhavam a história francesa que conhecemos hoje como *contemporânea*. (REVEL & NATHAN, 1996).

A Revolução Francesa foi, nesse sentido, um marco também para o entendimento da história. Da passagem de uma história cíclica para uma história linear, a França pós-Revolução foi o maior cenário na publicação de obras de cunho historiográfico, mas ainda não organizadas academicamente. Amadores, como frequentemente são chamados aqueles escritores, publicaram obras significativas, inclusive que tinham como função garantir a legitimidade ideológica do governo em vigência. O Império francês daqueles tempos deu origem à uma série de obras que contribuíram enormemente para que, já na França Republicana, se organizasse a produção em volta da Academia, quando o *boom* das ciências no século XIX demandava a caracterização dos espaços a serem preenchidos por aqueles que faziam a ciência (KEYLOR, 1975).

Os republicanos que assumem o governo francês são responsáveis pela mudança deste quadro de publicações, dando um redirecionamento ideológico para as obras e seus autores. A história passa, nesse momento, a ser disciplina, a contar com especialistas e com alunos, futuros representantes daquela classe. Para a história que vinha sendo escrita, foram criados métodos e regulamentação, afim de que a produção fosse, em larga escala, monitorada para ser legitimada, onde as presenças de Seinobos, Monot e Lavisser foram determinantes.

Naquele momento, o que se pretende é regulamentar o ofício, quando os debates que defendem a ampliação e organização daqueles métodos são definitivamente incluídos nas publicações, na

Academia recém criada. A defesa por uma história contemporânea – categoria discutida desde então – começa a ser incluída nos debates, mais precisamente com a publicação da obra *História da França Contemporânea*, e depois, com os debates provocados pelos criadores e seguidores dos *Annales*, desde Marc Bloch e Lucien Febvre aos mais novos Pierre Nora e Jacques Le Goff.

Na virada do século a história já tinha se firmado com a institucionalização das ciências sociais, quando o embate não é mais entre historiadores e amadores, mas entre os membros do corpo acadêmico. Esta institucionalização se deu aos poucos, e fora repetida em alguns países, tal como na Alemanha de Leopold Von Ranke. Mas foi na França que ela se tornou expressiva e fonte da organização daqueles saberes.

Em 1868 foram criadas quatro sessões para dar conta, as três primeiras, das ciências exatas, e a quarta, das ciências históricas e filológicas. A criação de um projeto de Universidade incluía, assim, um projeto que visava atingir os estudantes. Por volta de 1870, a guerra que acabou com o Império na França determinava a importância da *École Libre des Sciences Politiques* através da Faculdade de Direito que era responsável pelo ensino de Economia Política. O projeto de ciência que se propunha tinha incluída, claramente, uma preocupação com a sociedade contemporânea, onde a pesquisa histórica estava excluída ainda da análise da sociedade, que deveria ser conhecida por todos os pesquisadores para assim, permitir o recuo necessário e o entendimento sobre o passado - lugar do historiador.

Nesse sentido, Emile Durkheim define uma ampla sociologia crítica enquanto Paul Vidal de La Blache revoluciona o ensino e a pesquisa em Geografia. Uma nova prática é elaborada em função do discurso de método, fundamentalmente pelos Durkheimnianos. Essas novas cadeiras promoviam, além do debate, a formalização da independência da produção dessas disciplinas no corpo acadêmico diante do novo projeto de Universidade que então se formava. Pois, até então, a Geografia era parte da História, assim como a Sociologia, parte da Faculdade de Filosofia. Também a psicologia se enquadrava entre as Letras e a Medicina, enquanto a economia como parte do Direito. Mas somente depois da I Guerra Mundial é que as disciplinas ganham estatutos próprios, já que novas unidades são construídas e as faculdades se espalham por toda a França, quando também as outras sessões da EPHE (*Ecole Pratique des Hautes Etudes*) como a V e a VI (em 1947) são criadas (NOIRIEL, 1990).

A história proposta era acontecimental (*évènementielle*) e, por excelência, política, caracterizando uma dominação que vigora até nossos dias enquanto “positivista”. Estamos distantes

porém de tratá-la, como normalmente se faz, segundo uma conotação negativa de positivismo, pois foram, de certa maneira, os métodos escritos por Seignobos em *L'Introduction aux études historiques* que delimitaram o campo de trabalho e auxiliaram os historiadores na formação de um saber que buscava uma verdade. Ainda que hoje a “verdade única” propriamente dita seja discutível, mais precisamente, seja ampla e com muitas possibilidades, não se pode negar o caráter não-fictício e o compromisso com a apuração dos fatos e documentos em busca de uma verdade, para a caracterização de um trabalho histórico – resultado da organização da disciplina ainda no século XIX.

Quando na virada do século estamos diante de um embate puramente acadêmico, de um lado, historiadores lutam com geógrafos, e, de outro lado, ainda historiadores, disputando o campo do saber com os sociólogos. Na história, Lavissee está voltado para a distribuição dos cargos da nova Academia, enquanto Seignobos e Langrois estão voltados para a elaboração dos métodos. Simiand, um dos seguidores de Durkheim prontamente rebate a obra de Seignobos, acusando-o de positivista – linha teórica esta que vai ser profundamente absorvida pelos mesmos sociólogos, principalmente no que tange ao cientificismo das obras (KEYLOR, 1975).

O movimento universitário foi, de certa forma, podado pelo advento da I Guerra, mas a história já estava, nesse momento, completamente instalada no projeto pelas ciências sociais. Outras instituições (chamadas periféricas) vão sendo criadas, como também novas cadeiras. Foi o caso o *College de France* que, àquela altura, já consolidava um lugar na Academia Francesa de destaque, e ganhou novas cadeiras ou disciplinas; e o caso da *École Normale Supérieure* e da *École Pratique de Hautes Etudes*.

Na década de '20, a interferência da Fundação Rockefeller também contribuía para a orientação dos estudos acadêmicos, apesar de ser a sua presença mais marcante após a II Guerra Mundial, quando as Fundações diversas contribuem para a chamada reconstrução da França. A Fundação Rockefeller tinha a convicção de que o conhecimento acadêmico da sociedade era prerrogativa para entendê-la e resolver seus problemas. Desta forma, garantia que o projeto acadêmico acompanhasse o projeto político, o que possibilitava além de contribuição, a manutenção da *pax* ideológica interna. Apesar das dificuldades políticas, o financiamento americano penetra rapidamente na Academia francesa.

Foi neste período que Charles Mozaré, Fernand Braudel, Lucien Febvre, e ainda, Marc Bloch, todos frutos da institucionalização do saber histórico promovida por Seignobos e outros, promovem

as reformas nas universidades, que incluíam as universidades periféricas como a de Strasbourg, onde métodos e disciplina científica foram revistos. A *Revue des Annales*, por eles organizada, consolida o saber da história ao mesmo tempo em que revisita os métodos elaborados anteriormente, dando margem às discussões sobre a verdade, sobre o historiador enquanto sujeito, sobre os objetos e abordagens da história (REVEL & NATHAN, 1996.)

A respeito da *história presente* pode-se dizer que não há de fato um repúdio à história contemporânea, mas ela é secundária; deveria ser conhecida para que possibilitasse o trabalho com o devido recuo. A negação da história contemporânea só é então formalizada com outros debates, publicados em números posteriores à II Guerra Mundial pelo *Annales*, quando as discussões insistem em afirmar que toda a história digna é uma história contemporânea, já que seus sujeitos são parte inerente dela e, portanto, determinam um resultado particular que é sempre contemporâneo.

Se ainda no século XIX criou-se uma categoria como *história contemporânea* que procurava dar conta de abrigar os acontecimentos mais recentes, aos poucos ela foi distorcida e entendida como sendo aquela história peculiar pelo tempo e lugar em que é feita, independente de seu objeto. Esse período pós-II Guerra caracterizou-se de um lado pelo avanço na pesquisa sociológica, política e econômica sobre a sociedade, estando a história mais distante, à margem, envolvida em outro processo que procurava ser quantitativo, privilegiando a longa duração, com objetos menores, através dos *Annales*.

Ao mesmo tempo, as mudanças promovidas décadas depois mostram que a história consolidada através dos *Annales* não era a única, e obras de efeito vinham sendo produzidas, por exemplo, sobre os fascismos, as Guerras, e as Sociedades naqueles tempos. Essas obras são, no entanto, muito mais tarde recuperadas e³ reconhecidas pela *história cultural* e pela *nova história política* que possibilitaram a entrada, nas escolas e na Academia, de cadeiras na área de estudos contemporâneos. À princípio, os estudos sobre a história contemporânea não diziam a respeito dos sujeitos como queriam os *Annales*, mas na recuperação da importância de determinada temporalidade e factualidade à história, marcando o século XX a partir da I Guerra como o campo de estudos desta área.

De início, os trabalhos enquadrados e recuperados diziam a respeito tão somente da história até a II Guerra mas, aos poucos, a partir da década de '70, há o aumento significativo da publicação de teses de novos pesquisadores que avançavam para os estudos do período pós-guerra. Estes

pesquisadores entendiam a interdisciplinaridade como não somente enriquecedora da elaboração teórica, como também existente na singularidade que cada ofício tem em fazer produtos diferenciados sobre o mesmo objeto, incluindo o contemporâneo.

Quando a VI Sessão da *EPHE* é criada, sobre presidência de Lucien Febvre, a Fundação Rockefeller mantinha o investimento financeiro, também agora nesta sessão, apesar de seu início ser bastante modesto. Mas isso era o que se tinha de mais importante para a criação de linhas de pesquisa coletivas, direcionadas para os estudos históricos. A Escola acaba reunindo dois dos maiores centros: O *Centre de Recherche Historiques* e o *Centre d'Etudes Economiques*.

A entrada de muitos economistas na Academia do pós-II Guerra acaba por aproximar os estudos científicos nas humanidades. Pouco depois, são formadas equipes especializadas em estudar o mundo muçulmano, a África, a Índia ou a China, o que contribui para a reunião de etnólogos, historiadores, sociólogos e economistas voltados para o estudo do mundo contemporâneo. A formulação de uma ciência do tipo comparativo ganha força neste momento, onde a criação de novos postos também gera um estímulo à produção acadêmica.

A partir da década de '60, intensificados os investimentos das fundações americanas, a produção tanto historiográfica quanto nas outras áreas científicas acaba por estabilizar-se. Apesar da normatização que se impunha antes e que se visualizava naquele momento, a vigilância e as brigas acadêmicas diminuía na medida em que se abriam outros espaços para a publicação, desde a Revista de História Contemporânea, às publicações dos *Analles*, do *College*, da *EPHE*, dentre muitas novas. Em 1975 a *Ecole Pratique* acabou se transformando num estabelecimento público com características científico-culturais, o que, de fato, ampliava a área de estudos daqueles pesquisadores, alunos, e integrantes (NOIRIEL, 1990).

A *École de Hautes Etudes en Sciences Sociales*, a esta altura, já é palco das maiores discussões historiográficas, que incluem a preocupação com a orientação para o ensino superior, com a organização dos cursos de doutorado. Novos domínios de pesquisa são incluídos nos cursos, o que abre espaço para a exploração de novos temas também sobre a contemporaneidade. A arte, o simbólico, o político e a imagem voltam à cena com uma formulação absolutamente científica. Por outro lado, o que se colocava em discussão era a possível crise de paradigmas diante de tantas reformulações na produção historiográfica, que já havia se encaminhado do positivismo aos marxismos, ao estruturalismo, ao quantitativo e ao cultural. A interdisciplinaridade se tornava parte

da pesquisa e não mais um direito, ao mesmo tempo em que a pluralidade se dava no tocante aos objetos mais ainda em menor grau em relação às fontes e métodos.

As novas configurações que se fizeram a partir das renovações de paradigmas da década de '70, certamente, deram início à recuperação da *história política*, e com ela, da *história do tempo presente*. A quarta geração dos *Analles*, em fins dos anos '80, reuniu um conjunto de obras significativas para a passagem da *história das mentalidades* para a história cultural, onde historiadores como Roger Chartier, contribuíram fortemente com a elaboração de novas categorias - como o conceito de cultura política - que davam conta do que vinha sendo a produção desses tempos, com os campos (social, econômico, cultural e político) interagindo a todo instante.

Nesse sentido, não se pode deixar de falar de René Remond, cuja morte se deu em abril de 2007, autor de "Introdução à história de nosso tempo" (1974) dentre outras 30 obras. Além de ser a grande referência na elaboração da *nova história política*, René Remond não foi somente um teórico que acreditava nos conceitos que elaborava, mas sabia de que lugar estava falando, já que uma das primeiras obras reconhecidas como de *história do tempo presente* foi sua obra, publicada logo após o fim da II Guerra sobre as *direitas*. A categoria mais recorrente era a de história contemporânea, onde seu trabalho foi então classificado. Depois de uma participação incisiva os debates sobre a peculiaridade da história contemporânea e sua validade desde então, René Remond se dispôs à organizá-la e nomeá-la, fundamentalmente junto aos pesquisadores ligados ao Instituto de História do Tempo Presente, o *IHTP*, criado na França em 1978. A partir de então, pesquisadores como François Bédarida (seu fundador), J. F. Sirinelli e Luisa Passerini tornaram o debate mais amplo e consolidado na produção até o final do século XX.

Hoje, através do IHTP, a categoria *tempo presente* já pode ser usada com clareza, ainda que existam variações menos precisas como *história imediata* - para a história produzida ao tempo de sua existência - e *história contemporânea* - para ainda a história deste século, para a história a partir da II Guerra Mundial, ou ainda, para a história da Nova Ordem Mundial. Utilizemo-nos dela sem medo. Tratemus suas dificuldades como desafios. Qualifiquemos seus resultados através dos métodos - puros ou teóricos - e, enfim, elucidemos a subjetividade, de qualquer tempo, do exercício do historiador, sem desonrar seus méritos.

Referências:

BLOCH, Marc. *Histoire et historiens*, Textes réunis par Étienne Bloch, Paris, Armand Colin, 1995.

BRAUDEL Fernand. *Écrits sur l'histoire, II*, Paris, Flammarion, 1994.

CHARTIER, Roger. "Science sociale et découpage régional. Note sur deux débats, 1820-1920", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, no 35, novembre 1980, pp. 27-36.

CHEVALLIER Jacques. *L'identité politique*. Paris, PUF, 1994.

KEYLOR, William R. *Academy and Community – The Foundation of the French Historical Professional*. Massachusetts, Harvard University Press, 1975.

LANGLOIS Charles-Victor, SEIGNOBOS Charles. *Introduction aux études historiques*, Paris, Kimé, 1992.

LEFEBVRE, Georges. *La naissance de l'historiographie moderne*, Paris, Flammarion, "Nouvelle bibliothèque scientifique", 1971.

NOIRIEL, Gérard. *Naissance du métier d'historien. Gêneses*, Paris, n.1, 1990.

PASSERINI, Luisa. *Storia e soggettività. Le fonti orali, la memoria*, Florence, 1988.

Referências:

RÉMOND René. *Pour une histoire politique*, Paris, Le Seuil, "L'univers historique", 1994.

REVEL Jacques. "Ressources narratives et connaissance historique", *Enquête*, no 1, 1988. pp. 43-70.

REVEL, Jacques. "L'histoire sociale dans les Annales : une définition empirique", in *Historiens et sociologues aujourd'hui*. Journées d'études annuelles de la Société Française de Sociologie, Université de Lille I, 14-15 juin 1984, Paris, Éditions du CNRS, 1986, pp. 169-178.

REVEL, Jacques & NATHAN, Wachtel (org.). *Une école pour les sciences sociales*. Paris: Editions du Cerf, 1996.

RICOEUR Paul, *Temps et récit*, Paris, Le Seuil, 3 vol, 1985.

THOMPSON Paul. *The Voice of the Past*, Oxford, Oxford UP, 1978.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.